



**CÂMARA TÉCNICA ESPECIALIZADA DE PLANEJAMENTO (CTEP)**  
**Ata da 16ª reunião, realizada em 14 de novembro de 2024**

1 Em 14 de novembro de 2024, reuniu-se extraordinariamente a Câmara Técnica Especializada de Planejamento  
2 (CTEP) do Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CERH), por meio de videoconferência realizada pela Secretaria  
3 de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMAD), em Belo Horizonte. Participaram os  
4 seguintes membros titulares e suplentes: o presidente Thiago Figueiredo Santana, representante da SEMAD;  
5 Representantes do poder público estadual: Guilherme de Oliveira Leão, da Secretaria de Estado de Agricultura,  
6 Pecuária e Abastecimento (Seapa); Hernandez Souza Soares, da Secretaria de Estado de Desenvolvimento  
7 Econômico (Sede); Rafaela Cristina Batista Mazoni de Souza, da Secretaria de Estado de Governo (Segov).  
8 Representantes do poder público municipal: Gustavo Alvarenga Rodrigues, da Prefeitura de Lavras; Jhonata  
9 Soares Coelho, da Prefeitura de Mantena. Representantes dos usuários de recursos hídricos: Dênio Drummond  
10 Procópio, da Companhia Energética de Minas Gerais (Cemig); Guilherme da Silva Oliveira, da Federação da  
11 Agricultura e Pecuária do Estado de Minas Gerais (Faemg); Priscila Gonçalves Couto Sette Moreira, da Federação  
12 das Indústrias do Estado de Minas Gerais (Fiemg). Representantes da sociedade civil: Regina Célia Fernandes Faria,  
13 da Associação para a Proteção Ambiental do Vale do Mutuca (Promutuca); Valter Vilela Cunha, da Associação  
14 Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental (Abes); Sylvio Luiz Andreozzi, da Universidade Federal de  
15 Uberlândia (UFU). **Assuntos em pauta.** **1) ABERTURA.** Verificado o quórum regimental, o presidente Thiago  
16 Figueiredo Santana declarou aberta a 16ª reunião da Câmara Técnica Especializada de Planejamento. **2) EXECUÇÃO DO HINO NACIONAL BRASILEIRO.** Executado o Hino Nacional Brasileiro. **3) COMUNICADO DOS**  
17 **CONSELHEIROS.** Conselheiro Valter Vilela Cunha/Abes: “Bom dia, senhor presidente. Eu tomei a liberdade de  
18 passar para a Peixe Vivo a minuta desta deliberação que nós vamos discutir no ponto 5 e fiquei sabendo que a  
19 Peixe Vivo preparou uma correspondência dirigida à vossa senhoria.” Presidente Thiago Figueiredo Santana: “Na  
20 terça-feira, foi realizado o encontro anual que a Gerência de Apoio às Agências de Bacias e Entidades Equiparadas  
21 realiza anualmente, um encontro com as entidades do Estado. Nós tivemos uma reunião de troca de experiências,  
22 o material foi disponibilizado a eles, eu encaminhei por e-mail, e também dados para participação nesta reunião.  
23 Hoje pela manhã, às 8h20, eu recebi um ofício da presidente interina da Agência Peixe Vivo com algumas  
24 contribuições... Até agora foi muito pouco tempo para fazer a leitura... Vamos colocar esse ofício no chat para  
25 disponibilizar a todos vocês também, para que durante a nossa discussão algo que possa ser levantado vocês  
26 também possam colocar.” Conselheiro Valter Vilela Cunha/Abes: “Senhor presidente, obrigado. Eu concordo com  
27 esse ofício e nos pontos que estão marcados aqui eu vou me pronunciar.” **4) COMUNICADO DA SECRETARIA**  
28 **EXECUTIVA.** Não houve comunicados. **5) CONTINUIDADE DA DISCUSSÃO QUANTO À REVISÃO E ATUALIZAÇÃO**  
29 **DAS DELIBERAÇÕES NORMATIVAS DO CERH-MG Nós 19/2006, 22/2008, 23/2008 e 35/2010. Processo SEI nº**  
30 **2240.01.0005303/2024-96 (continuação).** **Responsável:** Gerência de Apoio às Agências de Bacias Hidrográficas  
31 e Entidades Equiparadas (Geabe/IGAM). Michael Jacks de Assunção e Felipe Silva Marcondes, da Gerência de  
32 Apoio às Agências de Bacias Hidrográficas e Entidades Equiparadas, do IGAM, apresentaram esclarecimentos e  
33 simulações solicitadas na reunião anterior acerca da proposta de revisão e atualização das Deliberações  
34 Normativas CERH nºs 19/2006, 22/2008, 23/2008 e 35/2010, que dispõem sobre o processo de equiparação de  
35 entidade privada sem fins lucrativos à Agência de Bacia Hidrográfica, a gestão integrada dos recursos oriundos da  
36 Cobrança pelo uso de Recursos Hídricos e o custeio administrativo destinados às entidades equiparadas. Os  
37 conselheiros apresentaram contribuições de aprimoramento, e foram esclarecidos pontos destacados, incluindo  
38 as sugestões da Agência Peixe Vivo. Ao término das discussões, ficou definido por consenso que o IGAM deverá  
39 apresentar, na próxima reunião, novas simulações solicitadas, para a retomada das análises e debates sobre a  
40 proposta de revisão e atualização das deliberações normativas. **Síntese das manifestações dos conselheiros nesta**  
41 **sessão.** Conselheiro Valter Vilela Cunha/Abes: “Eu acho que na Bacia do Velhas essa inadimplência é maior, e o  
42 artigo 17, salvo melhor juízo, não cobre isso. Se colocássemos naquele artigo 15 aonde define aquela fórmula,  
43 define o MC como ‘montante total cobrado ou a estimativa de arrecadação das circunscrições hidrográficas de  
44 forma integrada’, se puséssemos no texto ‘montante total efetivamente arrecadado das circunscrições  
45

46 hidrográficas de forma integrada', eu acho que isso resolve. Porque essa inadimplência do Velhas, se não me  
 47 engano, está em quase 30% a 35%. Então eu acho que nós temos que mexer na fórmula, colocar o 'montante  
 48 total efetivamente arrecadado'. Porque o cálculo feito com base no total cobrado na estimativa de arrecadação  
 49 não garante a viabilidade econômica do custeio da entidade equiparada, por diversas razões, como alto índice de  
 50 inadimplência." Presidente Thiago Figueiredo Santana: "Fica a dúvida de como seria o lançamento do edital sobre  
 51 o valor cobrado, qual a segurança de uma entidade adentar um edital de chamamento público para exercício de  
 52 funções de Agência de Bacia baseado num valor que é variável a cada ano. Na forma proposta sobre 'efetivamente  
 53 arrecadado', o edital é variável? E a segurança da entidade está sobre um edital, as regras no edital. Então gera  
 54 toda uma insegurança, mas vamos debater, porque eu acho que temos que construir algo que seja palatável."  
 55 Conselheiro Gustavo Alvarenga Rodrigues/Prefeitura de Lavras: "A Agência e o Comitê, sim, o trabalho deles, a  
 56 capilaridade do Comitê junto às gestões locais pode, sim, diminuir a inadimplência. Agora para fazermos isso nós  
 57 precisávamos ter acesso aos dados do valor boletado, para conhecer os usuários, os principais pagadores da bacia  
 58 nas áreas de abastecimento, agricultura e indústria. Então para podermos atuar, melhorar, ajudar nessa pauta  
 59 nós precisávamos ter acesso a esses dados, conhecer os principais usuários pagadores, o valor boletado, para  
 60 estarmos mais bem informados e trabalharmos nessa questão da inadimplência." Conselheiro Sylvio Luiz  
 61 Andreozzi/UFU: "Quanto à questão do não pagamento, estamos trabalhando acho que com duas possibilidades:  
 62 trabalhar com a receita esperada e trabalhar já com um desconto da média das frustrações de receita, o que eu  
 63 acho que é uma questão mais real, que é aquilo que realmente vai ter. Você fez uma colocação, Thiago, da mesma  
 64 maneira que no edital colocamos a perspectiva de arrecadação, podemos colocar a perspectiva de arrecadação  
 65 menos a média de frustração de receita. Então é uma forma também de chamar o edital, de fixar os valores que  
 66 serão feitos, como foi feito na tabela, em que colocamos uma frustração média de 20% de receita. É variável, não  
 67 é igual para todas as bacias, mas colocamos uma frustração média para aproximar mais o número da receita real,  
 68 daquilo que realmente é agregado. Quanto ao não pagamento, eis uma dificuldade dos CBHs, eles não têm CNPJ,  
 69 então não serão os CBHs que irão fazer cobrança. O IGAM tem duas maneiras de atuar na cobrança da  
 70 inadimplência. O Comitê não tem maneira de atuar efetivamente. Teoricamente, pode fazer campanha, pode  
 71 bater na porta, pode fazer um monte de coisa, mas efetivamente é só o IGAM, de duas maneiras: uma pela  
 72 inscrição na dívida ativa, ou seja, cobrança até chegar à cobrança judicial; e a outra é no próprio mecanismo de  
 73 outorga." Presidente Thiago Figueiredo Santana: "Eu mencionei, na reunião passada, que não existe normativo  
 74 do Conselho que autorize a suspensão ou revogação de outorga sob inadimplência da cobrança." Conselheiro  
 75 Sylvio Luiz Andreozzi/UFU: "Se o Conselho Estadual decidir por isso, pode. Há algum impedimento jurídico para  
 76 isso?" Presidente Thiago Figueiredo Santana: "Na verdade, é um papel do Conselho fazer essa vinculação e  
 77 regramento sobre os instrumentos de gestão." Conselheiro Sylvio Luiz Andreozzi/UFU: "Eu acho que estamos  
 78 chegando a uma outra questão que é importante, que é como se efetiva a cobrança, como é que eu cobro o  
 79 inadimplente. Além dos mecanismos de pressão, como efetivamente cobro o inadimplente. E nesse caso eu acho  
 80 que a Câmara Técnica de Planejamento poderia indicar ao Pleno do Conselho que essa questão fosse tratada  
 81 dentro do mecanismo de outorga também. Estou sugerindo colocar a esta Câmara Técnica essa possibilidade de  
 82 levar ao Pleno do Conselho Estadual esse assunto, pelo menos para análise e, se possível, para deliberação."  
 83 Presidente Thiago Figueiredo Santana: "Seria uma competência e atribuição da CTER, que é a Câmara Técnica de  
 84 Regulação, que tem os regramentos sobre outorga e cobrança, fazer essa proposição à Câmara Normativa e  
 85 Recursal." Conselheiro Sylvio Luiz Andreozzi/UFU: "A outra coisa que eu queria colocar é o seguinte: como é que  
 86 nós podemos pensar na ampliação da base de arrecadação. Tem duas maneiras de aumentar a arrecadação:  
 87 descontando inadimplência ou pelo aumento da base ou pelo aumento da altura, do valor. Em algum momento  
 88 nós já pensamos em cobrar daqueles outros usuários não consuntivos, há algum impedimento para cobrança de  
 89 usuário não consuntivo?" Presidente Thiago Figueiredo Santana: "Eu vou dar um exemplo. O setor hidroelétrico  
 90 é tratado como não consuntivo, mas há um parecer do STJ ou STF e foi considerado que a compensação financeira  
 91 pelo uso de recursos hídricos tem dentro dela embutida a cobrança pelo uso de recursos hídricos, porque é um  
 92 recurso que volta para o sistema. Isso é só do setor hidroelétrico. Agora, outros usos eu desconheço cobrança  
 93 sobre eles, tipo barramento sem captação. E eu desconheço ao nível de discussão entre outros Estados e outros  
 94 Comitês, eu nunca vi metodologia sobre isso. Mas não sei se há restrições." Conselheiro Sylvio Luiz  
 95 Andreozzi/UFU: "Se nós começarmos a pensar numa grande mudança, e eu acho que o Estado de Minas tem a  
 96 capacidade de fazer isso, pela própria estrutura que ele já tem, pela própria organização que já tem, e o que nós  
 97 estamos discutindo isso hoje é uma prova disso, de trazer essas inovações para tentar regular aquilo que não está

98 muito regulado. Uma das questões ainda pendentes no próprio Conselho Estadual são aquelas outras fontes de  
 99 energia, que entraram como uma categoria de usuário. Que primeiro é uma classificação ainda vaga e segundo  
 100 que lá também não está dito como é que se cobra dessa pessoa. Então estabelecer cobrança para todos seria uma  
 101 forma. Está aberto para discussão quanto paga, quanto não paga. Mas seria uma forma de ficar claro o que é  
 102 usuário: é quem paga pelo direito do uso do recurso hídrico, consuntivo ou não consuntivo... Eu tenho que trazer  
 103 esses dados (as simulações apresentadas pelo IGAM) para que as pessoas analisem aqui no Comitê o que isso  
 104 significa de impacto nas perspectivas que nós tínhamos, inclusive. Nós vínhamos trabalhando com 7,5% de  
 105 despesa na manutenção da Agência, e mesmo nas simulações esse número vai aumentar bastante. Aumentando,  
 106 retira dinheiro do investimento. Se aumenta o custeio, diminui investimento. Então nós vamos precisar de um  
 107 tempo para poder digerir isso. E nós temos um tempo para tentar construir uma proposta alternativa? Eu acho  
 108 que esse assunto precisa de um tempinho para que possamos amadurecer, procurar alternativas.  
 109 Especificamente, para essa questão de custeio, se nós pudéssemos ter uma reunião presencial para poder trocar  
 110 informação, para poder mostrar, fazer conta, simulações, que seja um dia inteiro de trabalho... Porque eu acho  
 111 que é muito importante, isso vai definir muita coisa para o sistema, inclusive, relacionadas a essas outras bacias  
 112 ou regiões hidrográficas de baixa capacidade arrecadatória." Conselheiro Valter Vilela Cunha/Abes: "Só uma  
 113 reflexão, eu acho que a nova Lei do Fhidro, que foi aprovada no início deste ano, foi uma grande injeção de ânimo  
 114 para as Agências de Bacia. Nós todos sabemos que o custeio de 7,5%, que é uma regra atual, não é suficiente.  
 115 Todas as Agências estão demonstrando isso. Eu acho que nós não podemos nos frustrar propondo uma DN que  
 116 não atenderá aos anseios do sistema. Eu acho que o professor Sylvio tem razão, nós temos de debruçar mais,  
 117 meditar, porque, depois que sai a DN, para mudar, é muito mais difícil... Então só essa reflexão, eu acho que nós  
 118 estamos discutindo uma norma que vai viabilizar que as nossas Agências façam um bom trabalho. Hoje está muito  
 119 difícil, eu participo do Conselho da Peixe Vivo, vejo a dificuldade que nós temos." Presidente Thiago Figueiredo  
 120 Santana: "Nós temos uma faca de dois gumes neste momento, tanto a necessidade de tentar criar um arcabouço  
 121 que atenda à expectativa de quem está lá fora e ao mesmo tempo que nós temos essa expectativa, o sistema  
 122 depende de nós para que possa dar uma resposta, em especial às entidades que atuam hoje em muitas bacias  
 123 com baixa arrecadação vinculada ao 7,5%, que estão nos contratos. Isso é muito importante colocar para todos  
 124 os senhores, até que haja um regramento pelo CERH, todos os contratos estão vinculados a 7,5%, e isso gera uma  
 125 expectativa dentro das entidades e, em especial, nos Comitês. Porque hoje vários Comitês demandam essa  
 126 estrutura de apoio e de suporte para sua execução de ações... Mas também concordo que qualquer coisa  
 127 atropelada pode gerar uma aplicação em risco. Mas eu vejo que nós temos uma vantagem, que podemos colocar  
 128 regras que possam ser revistas. Isso é muito importante, essas regras não são perpétuas... Eu queria que  
 129 refletíssemos sobre o caminho que vamos seguir." Conselheiro Gustavo Alvarenga Rodrigues/Prefeitura de  
 130 Lavras: "Eu gostei desse último termo, senhor presidente: 'aprimoramento da base de dados'. Alguns municípios  
 131 têm o cadastro de usuário, e o Comitê pode atuar junto às gestões locais com esse levantamento de cadastro de  
 132 usuário." Conselheiro Sylvio Luiz Andreozzi/UFU: "Eu queria lembrar uma coisa aqui: em tese, quem deveria dizer  
 133 se a manutenção das Agências será de 7,5 a 20 deveriam ser os próprios Comitês, os comitês deveriam debater  
 134 isso com as suas Agências e definir a porcentagem que será transferida... E tem uma coisa que precisa ser definida  
 135 nas Agências ou nas delegatárias, que é trabalhar um pouco mais com projetos, porque o projeto já tem a  
 136 segurança do arrecadado; e trabalhar com estruturas administrativas menores, aquelas que são garantidas pela  
 137 arrecadação continuada, e contratar os outros serviços através de projetos. Isso é uma possibilidade  
 138 administrativa. Eu sei que algumas Agências já fazem isso, inclusive. Talvez implementar esse modelo de uma  
 139 maneira mais ampla." Presidente Thiago Figueiredo Santana: "Proposta sobre um coeficiente de inadimplência:  
 140 'Sobre esta proposta, fosse aplicado um coeficiente de inadimplência de apuração anual para aplicação no POA  
 141 do exercício seguinte.' O nosso exercício de cobrança regular, os DAEs, vencem no último dia de julho, agosto,  
 142 setembro e outubro, ou seja, em novembro, na primeira quinzena, o sistema consegue ter uma inadimplência do  
 143 exercício regular. E se sobre os valores arrecadados durante o ano todo, perante o que foi cobrado no exercício  
 144 regular, eu estabelecesse um coeficiente de inadimplência a ser aplicado sobre o POA, o Plano Orçamentário  
 145 Anual, do exercício seguinte? A gente faria uma portaria atualizando para o exercício seguinte esses percentuais  
 146 de custeio." Conselheiro Sylvio Luiz Andreozzi/UFU: "Uma outra possibilidade: poderia fazer uma média da  
 147 inadimplência dos últimos dez anos; e todo ano rever essa média, e você avança. Então tem os anos anteriores,  
 148 não precisa esperar até novembro, usa a média acumulada nos últimos dez anos. Então no início do ano já tem a  
 149 média acumulada dos últimos dez anos, e trabalha com ela como sendo o fator para gerar esse K, por exemplo. E

150 aí seria diferente para cada agrupamento de bacias. O problema é assim, nós temos mais de dez anos de média  
 151 acumulada, e existem bacias que estão começando agora. Então não tem como fazer essa média acumulada para  
 152 os últimos dez anos, seria a média acumulada dos últimos anos. E aí à medida que o tempo vai passando você  
 153 tem a regra da média acumulada. Aí você passa a aplicar essa média acumulada no início do ano.” Michael Jacks  
154 de Assunção/IGAM: “Eu acho que essa proposta do Thiago está muito alinhada também com o que o Valter  
 155 trouxe, que é trabalhar em cima da arrecadação. Só que é uma questão de correção automática anual, essas  
 156 correções anuais. E aí tem que ver o efeito prático disso também, porque, igual eu falei, a entidade precisa ter  
 157 uma segurança para até fazer não só planejamentos como também aquilo que já está contratado e em execução.  
 158 E quando você tem um planejamento em cima de um percentual sobre uma expectativa de arrecadação, que aí é  
 159 o valor cobrado já considerado, você faz as contratações no exercício em cima disso. E se houver alguma  
 160 variação... Estamos sempre falando de inadimplência, mas a variação da cobrança pode ser para mais ou para  
 161 menos. Então essa correção do percentual também poderia ser para mais ou para menos. Reduzindo esse  
 162 percentual, qual seria o impacto prático na entidade, nesses compromissos que foram assumidos por ela? Então  
 163 eu não sei como se daria isso até do ponto de vista de manutenção das atividades.” Conselheiro Sylvio Luiz  
164 Andreozzi/UFU: “Nós temos que trabalhar com expectativa real, senão você cria uma expectativa de arrecadação  
 165 e acaba gastando mais do que arrecada. Para qualquer tipo de empresa. Isso é uma regra acho que básica. Então  
 166 eu acho que nós temos que trabalhar, sim, com aquilo que é realmente arrecadado. Como varia muito, nós vamos  
 167 ter que aplicar uma regra. E pensando que os contratos são de dez anos nós poderemos pensar alguma coisa. Aí  
 168 precisa ter número para termos uma certa solidez. Então é uma solicitação que eu faço para o IGAM, para ver se  
 169 temos esses números, pegar o que já arrecada e ver quanto é a variação de arrecadação. O que temos de média  
 170 de cinco anos, de dez anos ou do período todo. Nós arrecadamos aqui há mais de 12 anos. O Velhas, há 14, não é  
 171 isso? Então nós temos os números para ver essa flutuação. E para aqueles que não têm arrecadação ainda ou nós  
 172 utilizamos uma referência próxima ou estabelecemos uma média para o Estado e usamos a média do Estado, até  
 173 termos os dados consolidados por bacia. Enquanto não temos dados consolidados, temos que usar alguma  
 174 referência, então a referência pode ser a bacia mais próxima... Se vai utilizar um único indicador para toda a bacia  
 175 ou vai ter indicador por unidade dentro da bacia, e só com exercício matemático mesmo, estatístico, que vamos  
 176 poder pensar isso, e pensando em planejamento e saúde orçamentária da delegatária... Entendo fazer algumas  
 177 simulações para 5 e 10 anos, que é a extensão normal dos contratos, para ver se em cinco anos recompomos o  
 178 índice ou se de 10 em 10 anos recompomos o índice ou se fazemos recomposição anual a partir do acumulado,  
 179 da média acumulada. Se não houver grandes variações, é possível fazer, mas isso tem que estar previsto no  
 180 contrato. Concordo plenamente. E se não está previsto agora tem que estudar uma maneira de implementar isso  
 181 ou imediatamente numa suplementação, num aditivo, ou nos contratos futuros isso já estar implementado a  
 182 partir momento que o modelo for estabelecido.” Presidente Thiago Figueiredo Santana: “Sobre a primeira planilha  
 183 apresentada, sobre aqueles valores, estabelecer um coeficiente de inadimplência aplicado, e esse coeficiente  
 184 seria a média da inadimplência dos últimos cinco anos. Esse coeficiente, e essa tabela atualizada seria promulgada  
 185 pelo IGAM num ato do IGAM, atualizando essa tabela a cada cinco anos, para publicidade... Bacias que ainda não  
 186 possuem essa média, vai se aplicar a média da inadimplência dos rios afluentes da União... Um outro exercício:  
 187 ‘mas o Pardo e o Jequitinhonha não têm’. Eu aplico a média de inadimplência do Estado dos últimos cinco anos.  
 188 Daqui a cinco anos, quando o IGAM for soltar o seu ato, o Jequitinhonha já vai ter seus cinco anos e vai ter a sua  
 189 média pontual.” Conselheiro Sylvio Luiz Andreozzi/UFU: “Essa média da inadimplência, no meu entendimento,  
 190 tem que ser acumulativa, mesmo que o índice seja revisto de cinco em cinco anos. São coisas diferentes. Acho  
 191 que do ponto de vista estatístico funciona assim. Uma coisa que se poderia fazer para nos orientar é pegar o  
 192 índice. Vamos pegar o caso aqui do PN 2. Qual foi a inadimplência dos últimos 12 anos? Aí eu vou ter uma média,  
 193 e aplico, dos últimos dez anos –essa média vai flutuar com o tempo – e dos últimos cinco anos. Aí eu vejo a  
 194 diferença que está dando. Isso é um indicativo para nós, possível, só porque eu tenho dados nesse caso... Quando  
 195 nós temos esses valores absolutos, se fizermos a média do porcentual, não vai indicar aquilo que estamos  
 196 pensando que é na segurança de operação da Agência. Porque se uma grande contribuinte que não paga, e os  
 197 pequenos pagam, é o grande que não dá segurança. Então não podemos trabalhar com a média, vejame, eu estou  
 198 colocando um problema estatístico, mas que se replica naquilo que é a função do nosso pensamento que é  
 199 garantir que tenha uma certa garantia arrecadatória para funcionamento da Agência ou da delegatária... Eu vou  
 200 fazer um exercício aqui, vamos supor que a ‘bacia 3’ arrecada 70%, e as ‘bacias 1 e 2’ arrecadam 15% cada uma.  
 201 Mesmo que a inadimplência da 1 e da 2 seja pequena, é a ‘bacia 3’ que garante o funcionamento. Então quando

202 pensarmos qual é o índice de referência de inadimplência ele não pode ser automático... Eu queria pedir para  
203 vocês se seria possível fazer essa simulação, para verificarmos mesmo como é que fica a questão. Podemos usar  
204 o Araguari, se houve ou se há um impacto no acumulado de todo o período e se há uma diferença, por exemplo,  
205 de cinco em cinco anos, se ocorre essa diferença de comportamento. E tendo em perspectiva a duração do  
206 contrato que é de dez anos. Então durante dez anos também acho que fica complicado ficar alterando todo ano  
207 o índice, é difícil trabalhar com planejamento assim. Dá para trabalhar, mas fica um pouco mais difícil para fazer  
208 previsão de custeio." Presidente Thiago Figueiredo Santana: "Eu tendo a concordar muito com o que o Felipe  
209 falou e o Michael reforçou, um entendimento, trazermos o histórico global da inadimplência eu acho que seria  
210 um pouco deturpado. Porque primeiro, usando o exemplo do Araguari, o Araguari teve a mudança de metodologia  
211 de cobrança recente, sabemos disso. O Araguari, o Velhas, Comitês que já tinham cobrança recente, Doce... E uma  
212 coisa que mudou muito é a base de cálculo, a aplicação do entendimento da cobrança de recair sobre outorga. E  
213 aí o Araguari é um exemplo, o Araguari tinha um POA, salvo engano, de R\$ 6 milhões, e o valor calculado no ano  
214 foi de R\$ 10 milhões a R\$ 11 milhões. Isso porque o POA foi calculado, salvo engano, com 15% de inadimplência.  
215 Ou seja, se estimava gerar valores próximos a R\$ 7 milhões, mas nós calculamos e geramos de cobrança por uma  
216 mudança de base de dados hoje totalmente vinculada às outorgas, que gerou valores muito superiores. Então  
217 não tiveram frustração de receita naquele ano. Então trazer o histórico de x anos atrás, 10, 12 anos, eu acho que  
218 pode deturpar um processo que tem um recorte novo, muito recente." Conselheiro Sylvio Luiz Andreozzi/UFU:  
219 "Eu não tenho certeza, por isso que eu até pediria para o Felipe se ele pudesse fazer essa simulação, porque aí  
220 nós teríamos a certeza estatística: 'Realmente, a partir da mudança da base de cálculo, houve uma mudança de  
221 posicionamento quanto à frustração da arrecadação'... Eu, particularmente, acho que não é a mudança de base  
222 de cálculo que afeta a inadimplência, na verdade, eu acho que são os outros fatores, inclusive fatores políticos,  
223 que acabam impactando mais. Por isso que eu gostaria muito de ver essa simulação para saber como e quanto  
224 variou, por que variou, para tentarmos entender um pouco mais com bases estatísticas se tem variação ou não."  
225 Presidente Thiago Figueiredo Santana: "Eu acho que isso é um exercício que eu anotei aqui, Sylvio. Eu vou tentar  
226 com a equipe, não só o Araguari, mas pegar uma discrepância inferior que é o PJ1, é uma discrepância ao nível de  
227 baixa arrecadação, ou o SF2, Velhas, o histórico e nos últimos cinco anos." **Encaminhamentos finais.** Presidente  
228 Thiago Figueiredo Santana: "Para a próxima reunião, nós traríamos a simulação do percentual da inadimplência,  
229 do histórico dos últimos cinco anos, para fazermos o exercício de aplicação na tabela... Eu acho que podemos  
230 fazer esse encaminhamento. Eu grifei alguns pontos do coeficiente da inadimplência, o histórico com média de  
231 cinco anos; as bacias que têm exercício, na verdade, inferior aos cinco anos, para esse cálculo, usariam a média  
232 dos afluentes do mesmo rio da União ou mesmo da UEG, que foi a proposta que o Sylvio colocou. Na próxima  
233 reunião, trazer uma simulação do histórico e da média dos últimos cinco anos para fazer um comparativo.  
234 Coloquei aqui uma proposta para ver se conseguimos trazer de mais outras bacias, para vermos esse  
235 comportamento." Felipe Silva Marcondes/IGAM: "Poderia corrigir os 'cinco anos' para a 'cobrança nova', vamos  
236 dizer assim? Eu acho que não dão cinco anos a cobrança nova." Presidente Thiago Figueiredo Santana: "O ato do  
237 IGAM promulgando o coeficiente que aplicaria nos aditivos. O primeiro ato teria como valores de cálculo a  
238 inadimplência calculada após a vigência do Decreto 48.160/2021'. Esses são os encaminhamentos da nossa  
239 reunião... Sylvio, você tinha colocado no início da nossa reunião a proposta de um encaminhamento à CTER sobre  
240 a questão de uma norma que vincule a inadimplência junto a cobrança, quanto a ações de suspensão e revogação  
241 de outorgas. Podemos trabalhar esse encaminhamento para encaminhar para a Presidência da CTER e colocar  
242 isso quanto à manifestação dos demais conselheiros?" Conselheiro Sylvio Luiz Andreozzi/UFU: "Se o pessoal da  
243 Câmara Técnica concordar, eu gostaria..." Conselheiro Valter Vilela Cunha/Abes: "Eu acho fundamental e acho  
244 polêmico porque, citando Sete Lagoas, 'não pagar, a gente corta essa outorga', nós vamos deixar de abastecer  
245 300 mil pessoas? Isso é um problema, tem de ser pensado." Presidente Thiago Figueiredo Santana: "Eu acho que  
246 é muito nas regras do que se vai propor. Mas eu queria só a manifestação se há algum conselheiro é contrário ao  
247 encaminhamento para discussão na CTER, para discussão quanto a essa regulamentação. Não havendo  
248 manifestação, entendo como encaminhamento aprovado... E na próxima reunião, faremos esse esforço de trazer  
249 as simulações solicitadas... Agradecer a todos pela participação, e na próxima reunião trazermos as simulações  
250 para podermos caminhar para algumas decisões." **6) ASSUNTOS GERAIS.** Não houve manifestações. **7)**  
251 **ENCERRAMENTO.** Não havendo outros assuntos a serem tratados, o presidente Thiago Figueiredo Santana  
252 agradeceu a presença de todos e declarou encerrada a sessão, da qual foi lavrada esta ata.  
253

254  
255  
256  
257  
258  
259

---

**APROVAÇÃO DA ATA**

---

**Thiago Figueiredo Santana**  
**Presidente da Câmara Técnica Especializada de Planejamento**